

# Seminário Agenda Estratégica para o Brasil Tema: Equilíbrio Fiscal

Manoel Pires

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Seminário promovido pelo IPEA

30 de Setembro de 2015

Ministério do  
Planejamento

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

# Esforço Fiscal em 2015

- Necessidade de estabilizar a trajetória da dívida pública e recuperar o resultado primário em bases recorrentes
- Menor espaço fiscal para políticas anticíclicas
- Algumas mudanças aumentam o crescimento de longo prazo da economia
- Política fiscal e crescimento econômico

# Resumo do esforço fiscal em 2015

	R\$ milhões	% do PIB	% do total
Redução de despesa discricionária	82.680	1,43%	61,7%
Redução de despesa obrigatória	25.714	0,44%	19,2%
Revisão de desonerações	21.210	0,37%	15,8%
Atualização monetária de tarifas	1.320	0,02%	1,0%
Elevação de receitas	3.127	0,05%	2,33%
<b>Esforço fiscal total</b>	<b>134.051</b>	<b>2,31%</b>	<b>100,0%</b>
<b>PIB estimado para 2015</b>	<b>5.797.248</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

# Políticas de emprego e previdência

- Ampliação da carência do seguro desemprego
- Pagamento proporcional do abono salarial ao tempo trabalhado
- Pensões por morte (INSS e regime próprio):
  - Carência contributiva e de casamento
  - Fim da pensões vitalícia para dependentes jovens com prazo definido pela expectativa de sobrevida
- Teto para o auxílio doença
- Fim da exclusividade da perícia médica

# Seguro desemprego: O modelo anterior elevava a remuneração do trabalhador na 1ª solicitação do seguro desemprego após 6 meses

Ex: trabalhador com salário de R\$ 1.000 que trabalha por 6 meses

Regra Antiga		MP 665/2014	
Salário Mensal (R\$) [A]	1.000	Salário Mensal (R\$) [A]	1.000
13º Salário + Férias Proporcionais [B]	1.000	13º Salário + Férias Proporcionais [B]	1.000
FGTS (8% - trabalhador) [C = ( A x 6 +B) x 8%]	560	FGTS (8% - trabalhador) [C = ( A x 6 +B) x 8%]	560
Multa FGTS - Empregador (40%) [D = C x 40%]	224	Multa FGTS - Empregador (40%) [D = C x 40%]	224
3 Parcelas do Seguro-Desemprego [E]	2.400	Sem Parcelas do Seguro-Desemprego [E]	0
<b>Valor a receber no 1º mês após demissão [F=B+C+D+E/3]</b>	<b>2.584</b>	<b>Valor a receber no 1º mês após demissão [F=B+C+D+E/3]</b>	<b>1.784</b>
<b>Reposição em relação ao Salário [G=F/A]</b>	<b>258%</b>	<b>Reposição em relação ao Salário [G=F/A]</b>	<b>178%</b>
<b>Valor Acumulado (3 meses) [I=B+C+D+E]</b>	<b>4.184</b>	<b>Valor Acumulado (3 meses) [I=B+C+D+E]</b>	<b>1.784</b>
<b>Valor Acumulado (Mensal) [J=I/3]</b>	<b>1.395</b>	<b>Valor Acumulado (Mensal) [J=I/3]</b>	<b>595</b>

\* Não inclui ganhos com abono salarial.

# Principais regras de acesso: pensões por morte (INSS e regime próprio)

Tempo de percepção do cônjuge varia conforme a idade:

Idade do cônjuge na data do óbito	Duração máxima do benefício ou cota
menos de 21 anos	3 anos
entre 21 e 26 anos	6 anos
entre 27 e 29 anos	10 anos
entre 30 e 40 anos	15 anos
entre 41 e 43 anos	20 anos
a partir de 44 anos	Vitalício

# FIES

- Fim do FIES 100% (correspondia a 80% dos beneficiários)
- Uso do Income based repayment (IBR) utilizado nos EUA e Reino Unido na fase inicial do financiamento.
- Redução da diferença entre faixas de financiamento (reduz estímulo para subestimação da renda)
- Revisão da taxa de juros e prazo de amortização.
- O subsídio se reduziu em 32% em relação à faixa de financiamento integral.

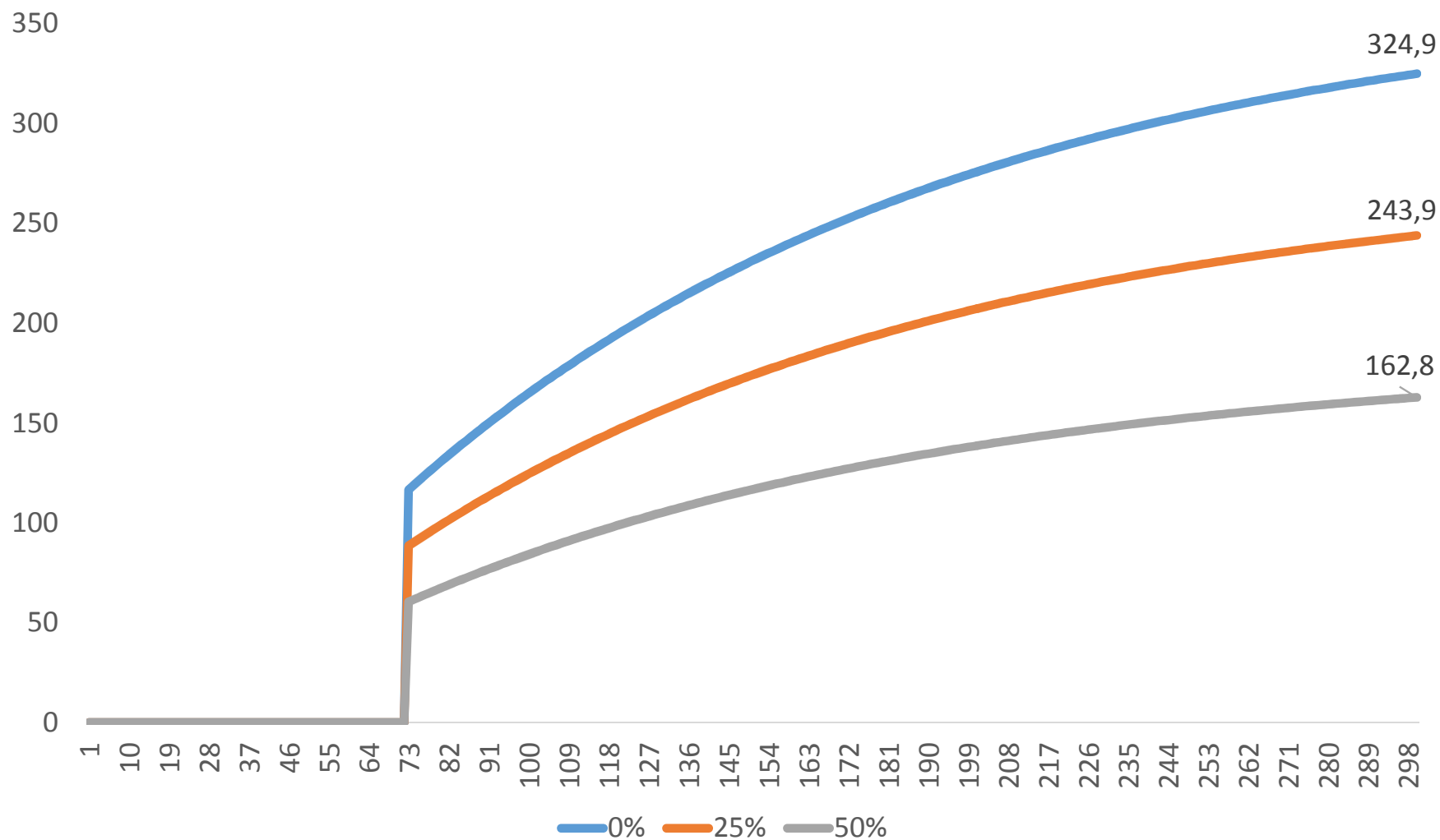
# Novo modelo de coparticipação

Renda familiar bruta per capita (RFB-PC)	Comprometimento da RFB-PC (com encargos educacionais)	Cofinanciamento (parte a ser paga pelo aluno da faixa superior-R\$)	% Financiamento Curso Médio*	% Financiamento Medicina
Até 0,5 SM	15%	59,1	93,8	98,5
> 0,5 SM a 1 SM	21%	165,48	82,7	95,8
> 1 SM a 1,5 SM	27%	319,14	66,6	91,9
> 1,5 SM a 2,0SM	32%	504,32	47,2	87,2
> 2,0 SM a 2,5 SM	38%	748,6	21,6	81,0

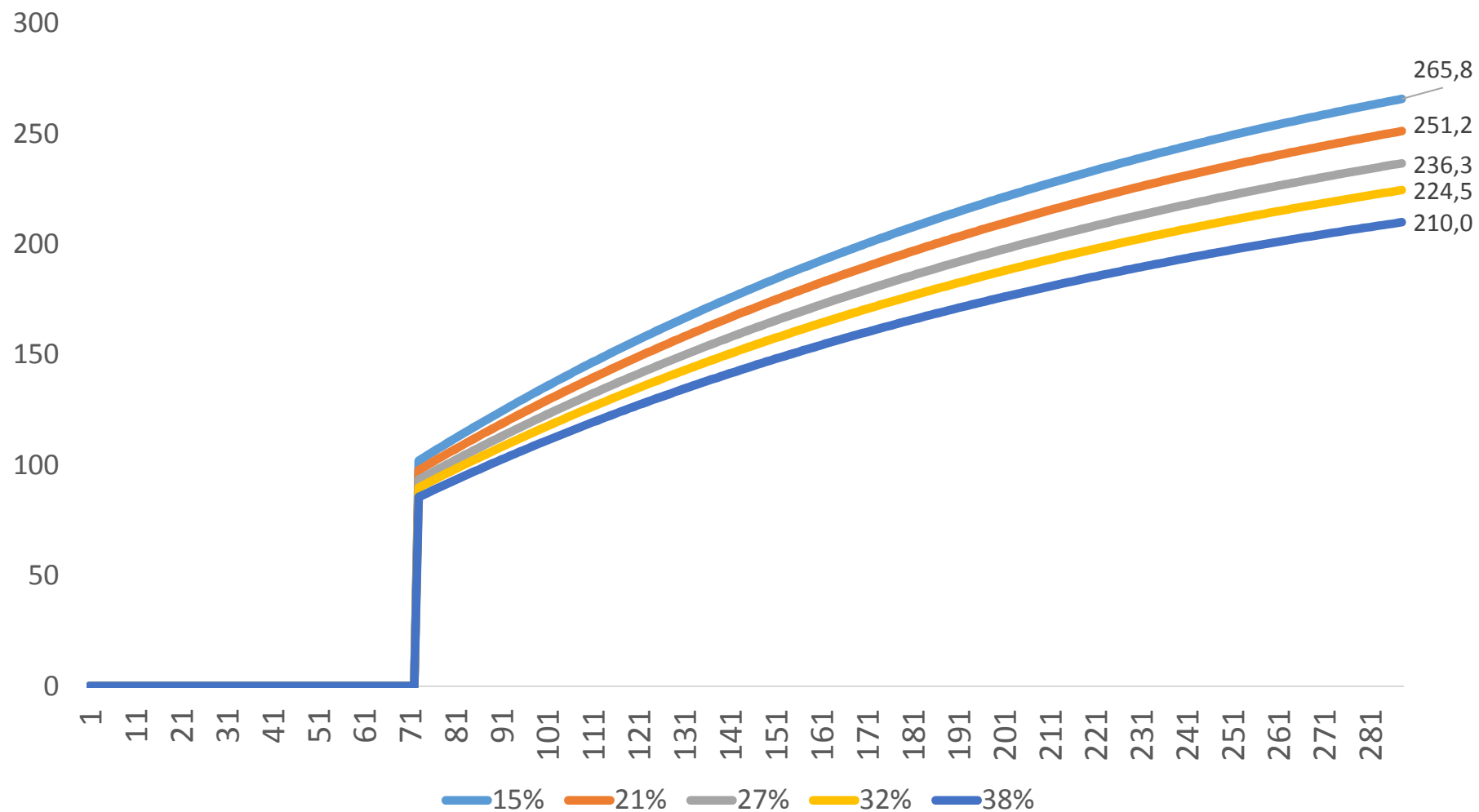
\* Considera o custo médio da mensalidade em R\$ 955.



# Subsídio do FIES por faixa no modelo antigo



# Subsídio do FIES por faixa no modelo novo



# Detalhamento do crescimento das despesas

	Realizado 2014	2015 (4º bi)	Variação absoluta	Variação relativa	Composição da variação absoluta
<b>Total sem emendas</b>	<b>1.037,3</b>	<b>1.101,1</b>	<b>63,8</b>	<b>6,2%</b>	<b>97,4%</b>
INSS e LOAS	432,8	478,6	45,9	10,6%	70,0%
Pessoal	222,4	236,2	13,8	6,2%	21,1%
FAT	53,9	48,5	-5,4	-9,9%	-8,2%
Subsídios e Complemento FGTS	5,2	26,7	21,5	410,5%	32,8%
Demais obrigatórias	66,8	81,7	14,9	22,3%	22,7%
Discricionárias	256,2	229,3	-26,9	-10,5%	-41,1%
<b>Emendas</b>	<b>2,9</b>	<b>4,6</b>	<b>1,7</b>	<b>58,3%</b>	<b>2,6%</b>
<b>Total com emendas</b>	<b>1.040,2</b>	<b>1.105,7</b>	<b>65,5</b>	<b>6,3%</b>	<b>100,0%</b>

# Despesas de custeio administrativo

## (Variação acumulada no ano)

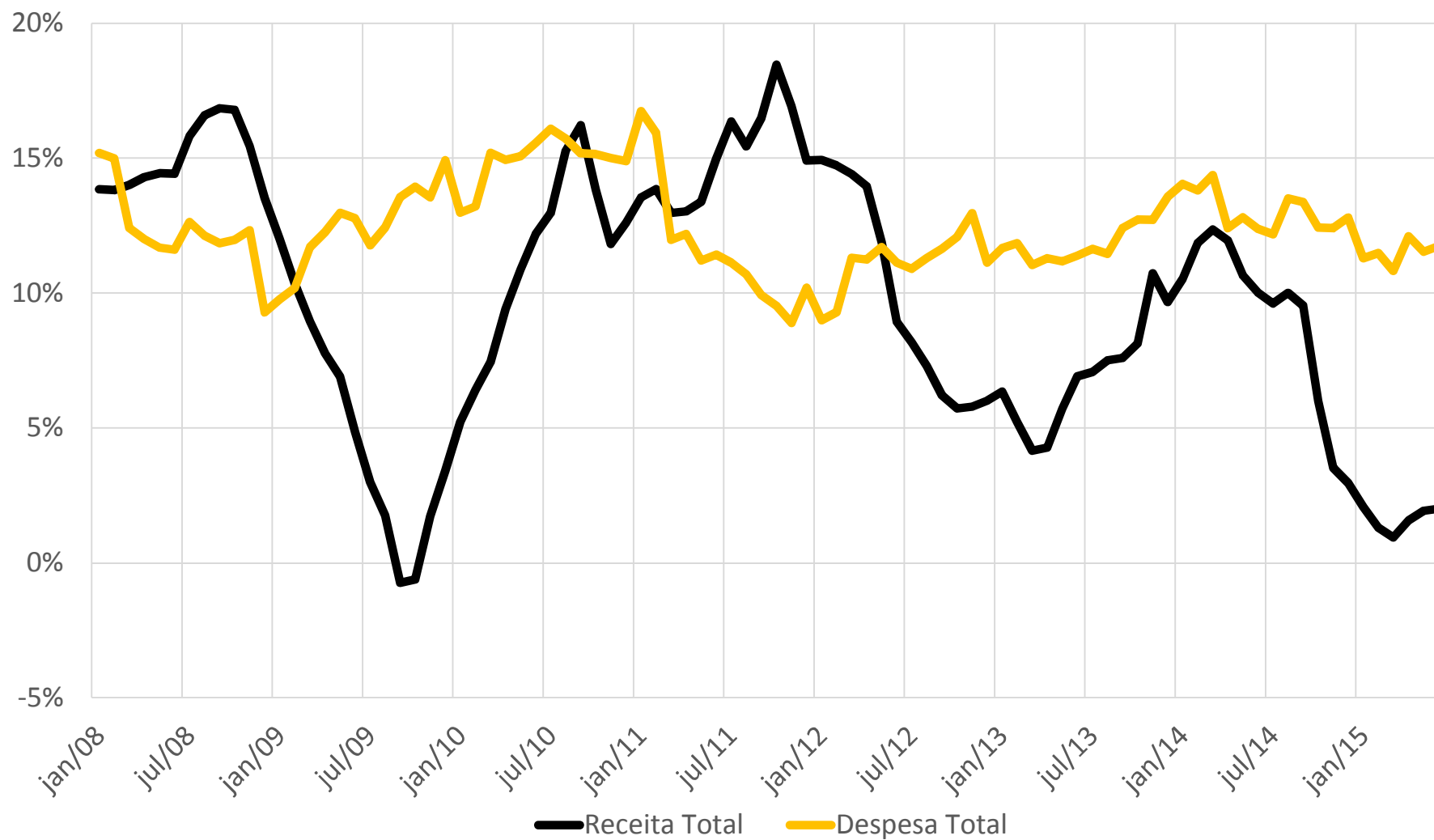
	Jan-Ago/14	Jan-Ago/15	Var. R\$	Var. % Nom.	Var. % Real
<b>Despesas de custeio administrativo</b>	<b>13.844</b>	<b>14.175</b>	<b>331</b>	<b>2,4</b>	<b>-7,5</b>
Prestação de serviços de apoio	5.307	5.738	432	8,1	-2,4
Serviços de Limpeza, água e esgoto	1.247	1.331	84	6,8	-3,6
Serviços de Energia Elétrica	691	1.030	339	49,1	34,5
Locação, manutenção e conservação de bens Imóveis	1.208	1.219	11	0,9	-8,8
Material de Consumo	2.577	2.400	-177	-6,9	-15,7
Diárias e passagens	1.116	798	-319	-28,5	-35,5
Serviços de Comunicação	1.698	1.658	-40	-2,4	-11,7
<b>Despesas de custeio administrativo sem energia elétrica</b>	<b>13.153</b>	<b>13.145</b>	<b>-8,0</b>	<b>-0,1</b>	<b>-9,7</b>

Fonte: SOF/MPOG.

Nota: Valores liquidados, inclui obrigatórias e PAC, variação real calculada com base nos valores acumulados mensalmente pelo IPCA até ago/15.

# Evolução recente das receitas e despesas

(taxa de crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior)



\* Não inclui os efeitos fiscais da cessão onerosa.

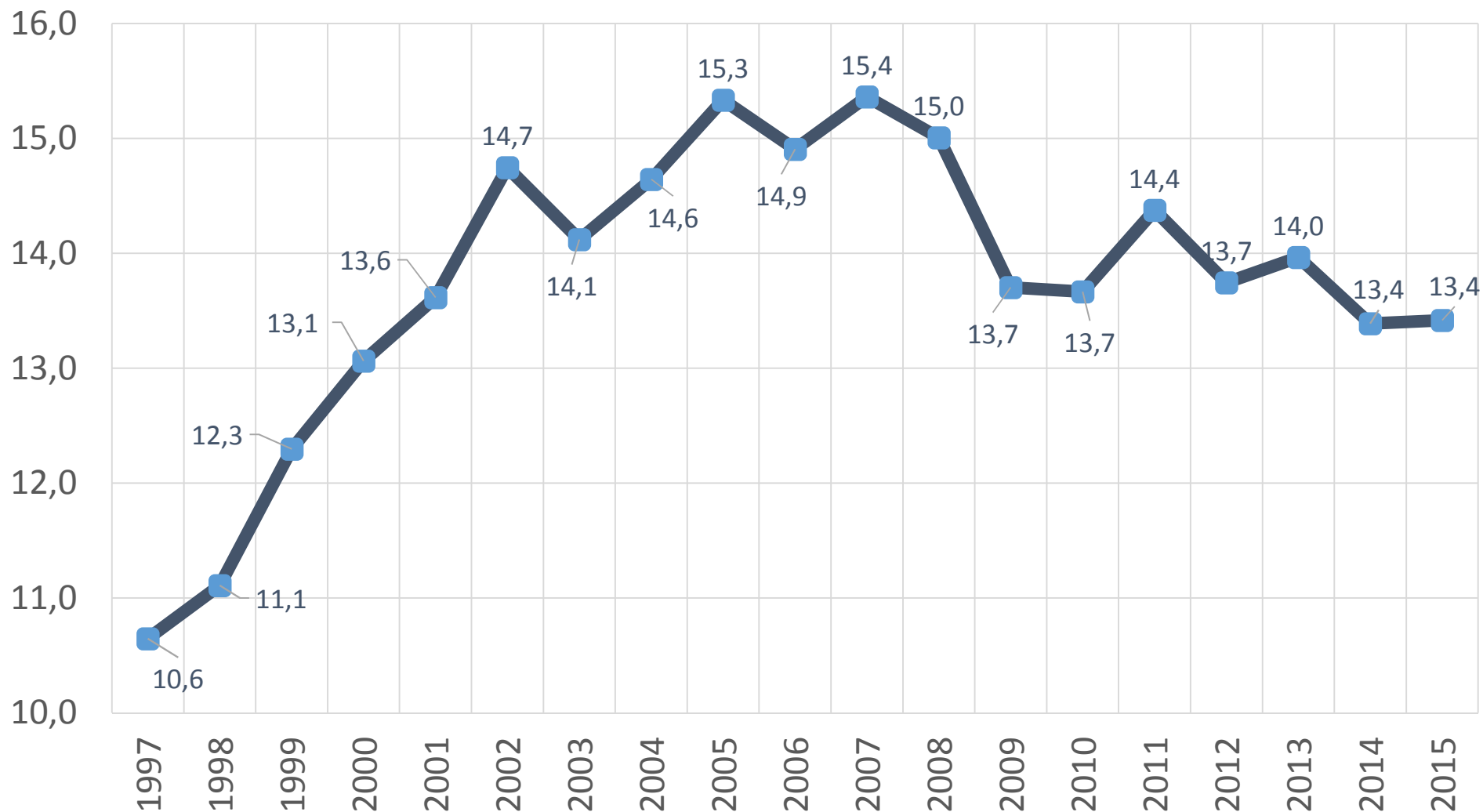
Fonte: STN.

# PLOA 2016 e Reformas Estruturais

- Dinâmica de longo prazo das receitas
- Rigidez orçamentária
- Previdência e assistência
- Regras fiscais

# Evolução da receita administrada

(impostos e contribuições federais em % PIB, exceto previdência)



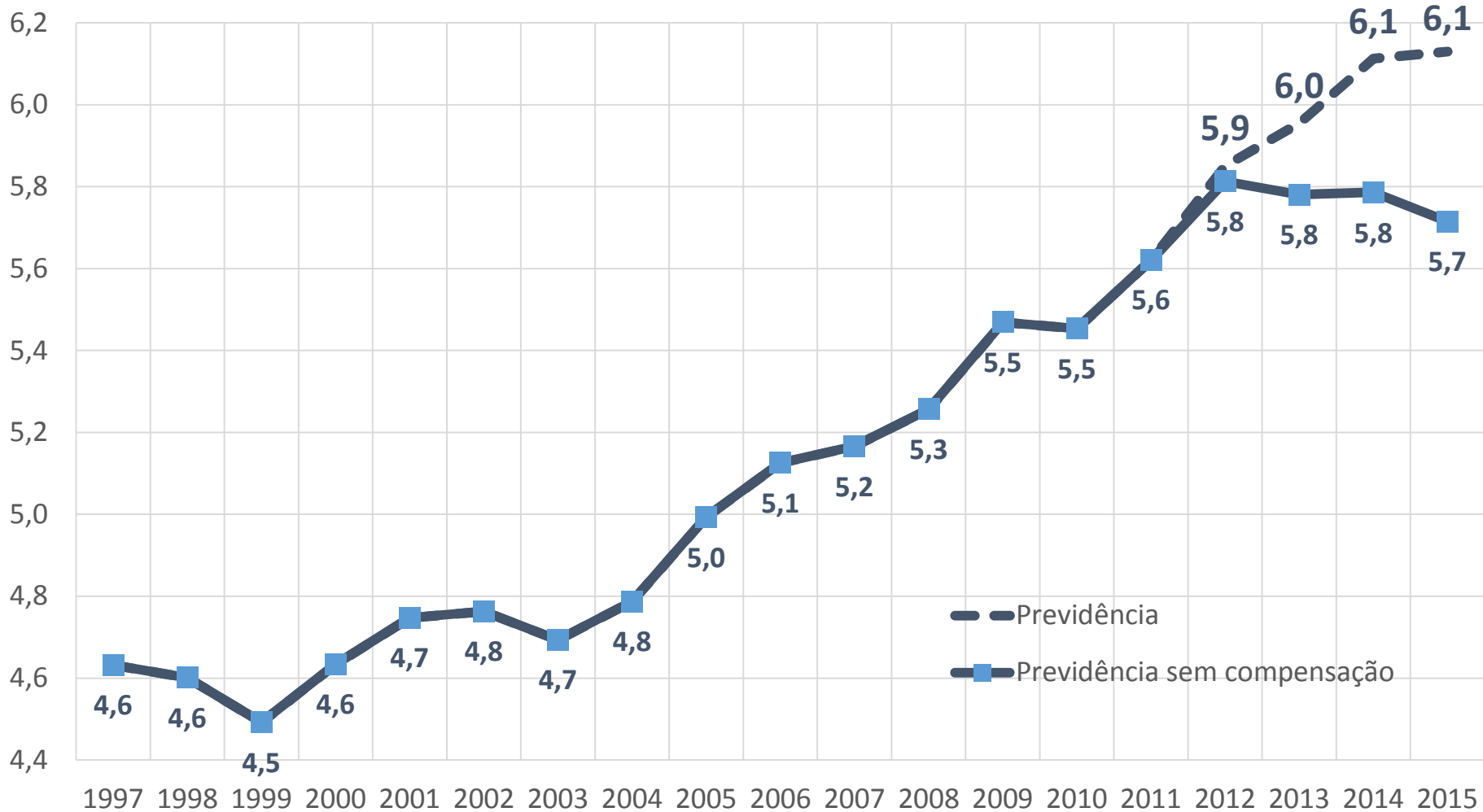
Fonte: RFB/MF.

\* Acumulado em 12 meses até jul/15.

Ministério do  
Planejamento

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

# Evolução da arrecadação da previdência (% PIB)



Fonte: STN/MF.

\* Acumulado em 12 meses até jul/15.



# Rigidez Orçamentária no PLOA 2016

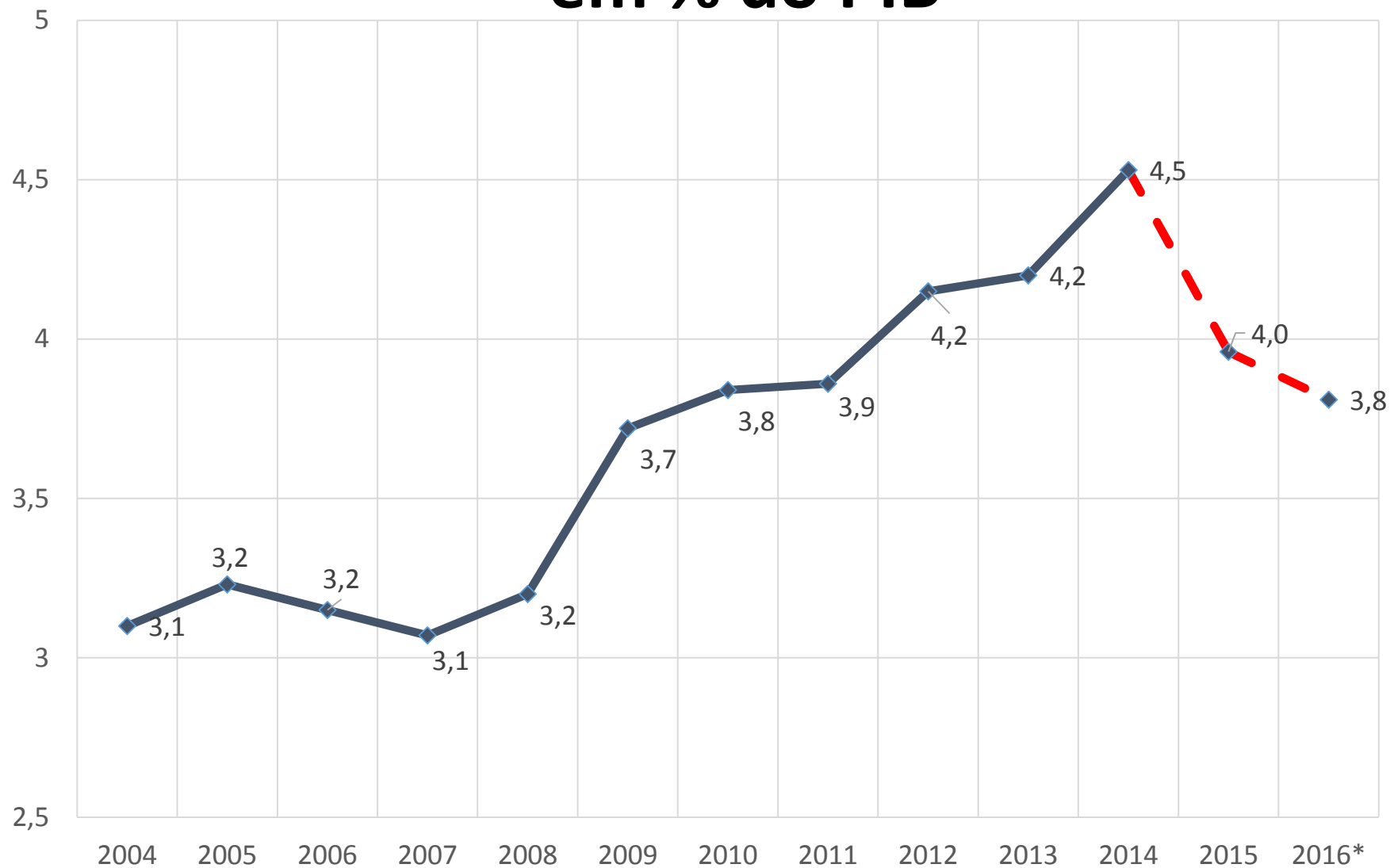
	PLOA 2016		
	R\$ bi	% do PIB	% da despesa
<b>Despesa Total</b>	<b>1.210,6</b>	<b>19,4%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Não Contingenciáveis Total</b>	<b>1.107,9</b>	<b>17,7%</b>	<b>91,5%</b>
<b>Despesas Obrigatórias</b>	<b>960,2</b>	<b>15,4%</b>	<b>79,3%</b>
Previdência	491,0	7,9%	40,5%
Pessoal (Exceto FCDF)	252,6	4,0%	20,9%
FAT	55,0	0,9%	4,5%
Loas	46,1	0,7%	3,8%
FGTS	6,0	0,1%	0,5%
Subsídios	28,3	0,5%	2,3%
Desoneração da Folha	18,5	0,3%	1,5%
Legislativo e Judiciário	13,6	0,2%	1,1%
FCDF	12,0	0,2%	1,0%
Sentenças Judiciais	10,3	0,2%	0,8%
Demais Obrigatórias	26,7	0,4%	2,2%
<b>Despesas Discricionárias não Contingenciáveis</b>	<b>147,8</b>	<b>2,4%</b>	<b>12,2%</b>
Saúde mínimo (exceto pessoal e benefícios)	89,5	1,4%	7,4%
Educação mínimo (exceto pessoal e benefícios)	17,0	0,3%	1,4%
Bolsa Família	28,8	0,5%	2,4%
Benefícios aos servidores	12,4	0,2%	1,0%
<b>Despesas Discricionárias Contingenciáveis</b>	<b>102,7</b>	<b>1,6%</b>	<b>8,5%</b>
PAC (exceto saúde)	41,8	0,7%	3,5%
Demais	60,9	1,0%	5,0%
<b>Obs: Despesas Discricionárias Totais</b>	<b>250,4</b>	<b>4,0%</b>	<b>20,7%</b>

# Resumo do esforço fiscal planejado para 2016

	R\$ milhões	% do PIB	% do Total
<b>Medidas incorporadas no PLOA 2016</b>	<b>72.220</b>	<b>1,15%</b>	<b>50,2%</b>
Redução de despesas	28.600	0,46%	19,9%
Revisão de gastos tributários	6.700	0,1%	4,7%
Receitas patrimoniais	32.300	0,5%	22,5%
Aumento de receitas	4.620	0,1%	3,2%
<b>Medidas adicionais para incorporação no PLOA 2016</b>	<b>71.650</b>	<b>1,15%</b>	<b>49,8%</b>
Redução de despesas	26.000	0,4%	18,1%
- Redução do gasto discricionário MCMV	4.800	0,08%	3,3%
- Redução do gasto discricionário do PAC	3.800	0,06%	2,6%
- Redução do gasto discricionário da saúde	3.800	0,06%	2,6%
- Revisão de gastos com pessoal	10.500	0,2%	7,3%
- Redução de custeio e reforma administrativa	2.000	0,03%	1,4%
- Revisão com subvenção de garantia de preços agrícolas	1.100	0,02%	0,8%
Revisão de gastos tributários	4.750	0,1%	3,3%
Realocação de fonte	6.000	0,1%	4,2%
Aumento de receitas	34.900	0,6%	24,3%
<b>Esforço fiscal total</b>	<b>143.870</b>	<b>2,30%</b>	<b>100,0%</b>
<b>PIB PLOA 2016</b>	<b>6.253.178</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>

\* Houve revisão das despesas com o FAT em R\$ 1,3 bilhão.

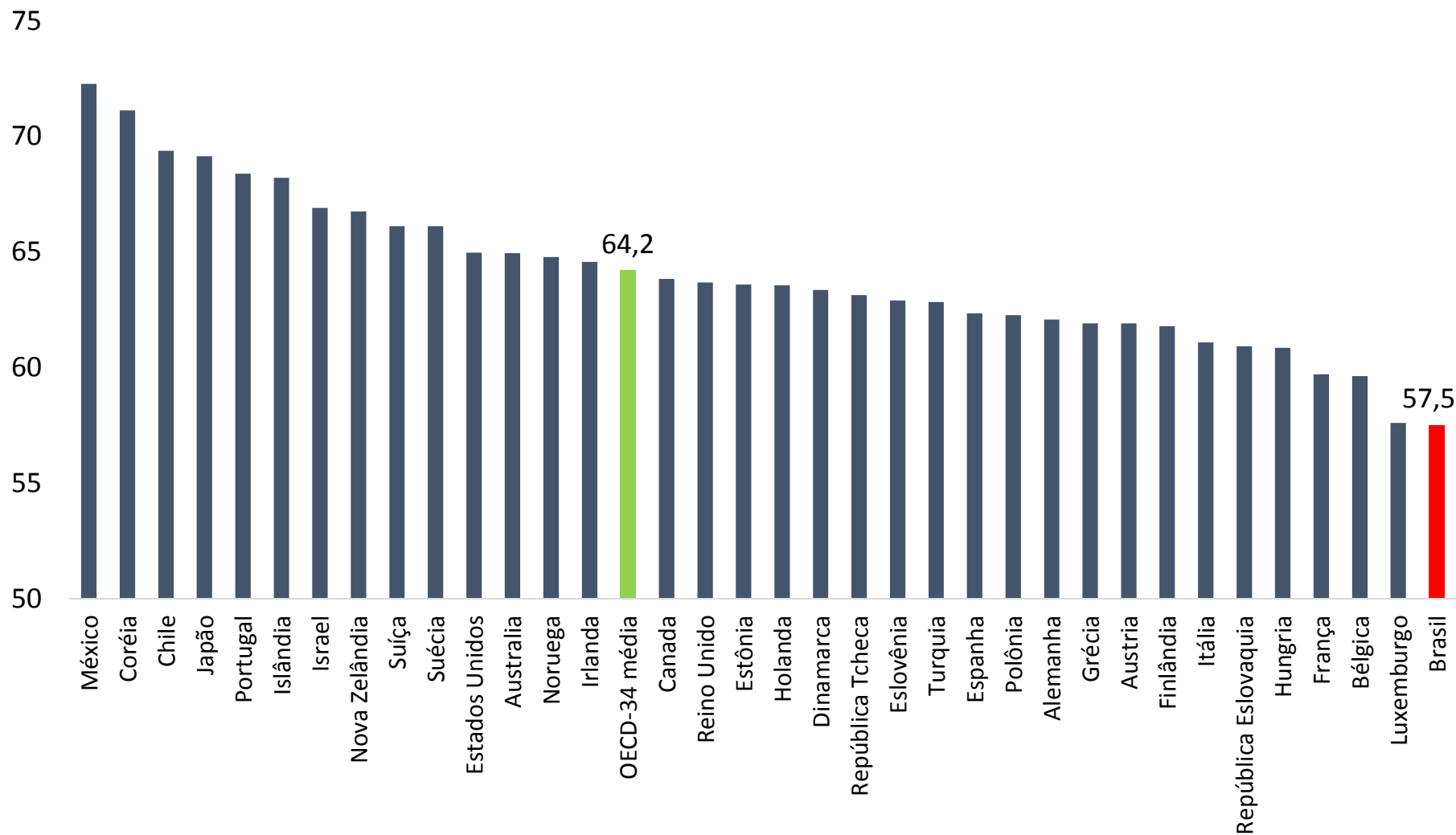
# Evolução das despesas discricionárias em % do PIB



\* PLOA ajustado

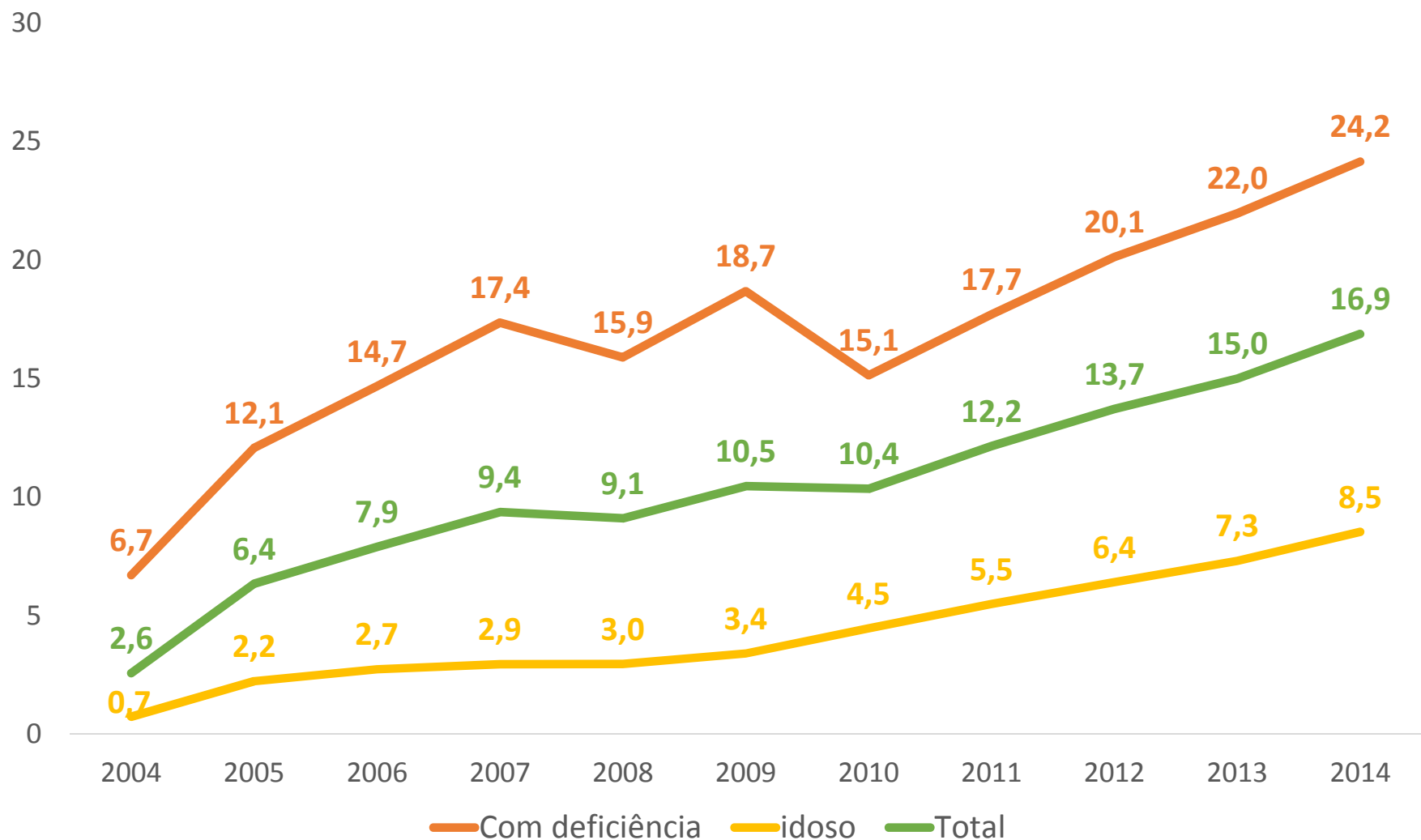
Fonte: SOF.

# Idade média de aposentadoria nos países da OCDE e Brasil



Fonte: OECD (dados 2012) e MPS

# Concessão judicial dos benefícios da LOAS (% das concessões)



Fonte: SUIBE/DATAPREV, dezembro de 2014

# Conclusões

- O governo adotou várias medidas em 2015 para melhorar o resultado fiscal, mas o efeito cíclico das receitas dificulta um ajuste mais rápido.
- A agenda fiscal entrou em uma nova etapa mais intensiva em reformas estruturais nas despesas obrigatórias e na revisão de gastos tributários e desonerações.
- Essas reformas vão abrir espaço fiscal para melhoria de longo prazo dos resultados fiscais.
- Há necessidade de avançar no debate sobre regras fiscais, que pode ser uma agenda de pesquisa relevante para o IPEA.